

MARCHINI
BOTELHO
CASELTA

Advogados

AO SENHOR PREGOEIRO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2021

REF.: PROCESSO Nº 08006.000110/2020-85 | PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2021

AURÉLIO MARCHINI SANTOS, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.118.929-2 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob nº 134.273.648-60 e na Ordem dos Advogados do Brasil, secção São Paulo, sob nº 141.954, com endereço eletrônico aurelio.marchini@mbclaw.com.br, integrante da sociedade de advogados Marchini, Botelho e Caselta, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.509.934/0001-14 (conforme documento de identificação anexo), vem, com fundamento no artigo 21, § 4º da Lei nº 8.666/93 ("Lei de Licitações"), respeitosamente **requerer a reabertura do prazo inicialmente estabelecido para a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico nº 1/2021 do Ministério da Justiça e Segurança Pública ("Pregão") diante da juntada a posteriori de documentos que acompanham o edital e que alteram as informações disponíveis aos licitantes, afetando diretamente a formulação das propostas por interessados.**

1. Os vícios apontados a seguir podem e devem ser reconhecidos e sanados pela autoridade de ofício a qualquer tempo (mediante a republicação do edital e a reabertura do prazo para formulação e apresentação da proposta), com o objetivo de evitar que o processo licitatório e os atos administrativos dele decorrentes sejam maculados de ilegalidades e nulidades.

I. Disponibilização tardia de documentos editalícios que afetam a formulação das propostas

2. O prazo fixado para a apresentação das propostas é de, no mínimo, de 8 (oito) dias úteis, contados da publicação do edital e, logicamente, dos documentos que o acompanham (cf. art. 4º, inciso V, da Lei nº 10.520/2002). Esse prazo visa garantir que possíveis interessados tenham tempo hábil de analisar a integralidade dos documentos que compõe o edital para formulação de suas propostas.

3. Por essa razão, qualquer modificação nos documentos editalícios que tenha o potencial de afetar a formulação das propostas exige a reabertura do prazo inicialmente estabelecido para a realização da sessão pública do certame, conforme previsto no artigo 21, § 4º da Lei de Licitações.

4. No caso sob exame, poucos dias antes da data agendada para realização da sessão pública, foram disponibilizados os documentos “Estudo Técnico Preliminar da Contratação” (ETP) e “Mapa de Gerenciamento de Riscos”. O ETP contém os *“requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC, contendo de forma detalhada, motivada e justificada, inclusive quanto à forma de cálculo, o quantitativo de bens e serviços necessários para sua composição”*. Tal como indicado no próprio documento, o ETP tem o objetivo de **“embasar a elaboração do Termo de Referência”** para *“demonstrar a viabilidade técnica e econômica para a contratação”*. Por sua vez, o Mapa de Gerenciamento de Riscos contém informações voltadas a identificar e mapear os *“principais riscos”* que *“possam comprometer a efetividade da contratação”*.

5. Trata-se, obviamente, de documentos que embasam o edital e que integram os documentos que compõe o presente Pregão, **os quais são essenciais para nortear a elaboração das propostas por possíveis interessados.**

6. A título de exemplo, por meio do ETP, os licitantes interessados em participar do certame tiveram ciência das seguintes informações de relevo para elaboração de suas propostas, dentre outras, (i) identificação das necessidades tecnológicas que devem ser atendidas pelos produtos e serviços a serem ofertados pelos licitantes, (ii) relação dos projetos que fundamentam a demanda de soluções de TIC, assim como dos quantitativos esperados para cada projeto, (ii) memória de cálculo dos quantitativos de produtos e serviços que serão ofertados pelos licitantes, (iii) expectativa de consumo mensal e anual por parte do órgão contratante para embasar o sistema de registro de preços, (iv) identificação das soluções a serem

contratadas, (v) justificativas para o modelo de contratação contido no edital do Pregão, e (vi) razões que fundamentam o custo total do certame e informações sobre a viabilidade da contratação.

7. Além disso, o Mapa de Gerenciamento de Riscos lista e quantifica possíveis riscos que podem comprometer a própria contratação, tais como “ausência de recursos orçamentários ou financeiros”, “indeferimento da contratação”, “falta de competitividade”, “licitação deserta” e “não adequação do uso dos serviços de nuvem às políticas de segurança”. Os riscos identificados nesse documento e as formas de ações preventivas adotadas para contornar tais riscos têm o potencial de impactar diretamente nos valores formulados nas propostas

8. Diante do exposto acima, as informações contidas em ambos os documentos, disponibilizados poucos dias antes da data agendada para realização da sessão pública do Pregão, afetam diretamente a formulação das propostas pelos possíveis interessados, o que leva à necessidade de que o edital seja republicado, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

II. Violação dos deveres de motivação, publicidade e transparência

9. A disponibilização tardia dos documentos que instruem o Pregão também viola os deveres de motivação, publicidade e transparência que regem toda a atividade da Administração Pública, eis que inviabiliza com que eventuais interessados tenham ciência e possam se manifestar tempestivamente quanto à inexistência de razões técnicas aptas a fundamentar o modelo de contratação direcionado às soluções da Microsoft contido no edital do Pregão, em prejuízo ao caráter competitivo do certame.

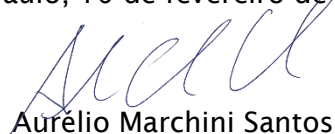
10. Os vícios de motivação, de publicidade e de transparência identificados acima, que afetam diretamente a capacidade de interessados se manifestarem tempestivamente sobre os termos do edital, podem e devem ser reconhecidos e sanados pela autoridade de ofício a qualquer tempo (mediante a republicação do edital), com o objetivo de evitar que o processo licitatório e os atos dele decorrentes sejam maculados de nulidades.

III. Pedidos

11. Pelas razões acima, requer-se seja reaberto o prazo para formulação e apresentação das propostas, contado da republicação do edital e da disponibilização de todos os documentos que fundamentam o Pregão, com vistas a garantir que os interessados tenham acesso às informações necessárias à formulação de suas propostas e possam, caso queiram, se manifestar tempestivamente quanto ao modelo de contratação direcionado às soluções da Microsoft contido no edital.

12. Por fim, requer-se que todas as intimações sejam feitas em nome de Aurélio Marchini Santos, OAB/SP nº 141.954, e-mail aurelio.marchini@mbclaw.com.br, integrante de Marchini, Botelho e Caselta - Sociedade de Advogados, com endereço na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729 - 4º e 5º andares, CEP 04538-133.

Termos em que,
pede deferimento.
São Paulo, 10 de fevereiro de 2021.


Aurélio Marchini Santos
OAB/SP nº 141.954